

## **A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: BREVE RELATO FLUMINENSE**

Simone Amorim<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo se propõe a analisar a participação e o envolvimento recentes da sociedade civil na formulação da política pública de cultura, nos âmbitos nacional, estadual e municipal, demonstrando aspectos concretos do cumprimento da agenda nacional em âmbito local, destacando o processo de criação do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro e a retomada do diálogo entre gestores públicos de cultura e agentes da sociedade civil.

**Palavras-chave:** Democracia, Políticas Culturais, Políticas Públicas, Rio de Janeiro.

Desde o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores à frente da presidência da república, em 2003, significativas mudanças foram implementadas no Ministério da Cultura e igualmente na formulação das políticas públicas para o campo cultural no Brasil. Amparados nos pilares de que: a) cabe ao Estado o protagonismo sobre as políticas de cultura e, principalmente, b) deve ser a sociedade como um todo a beneficiária privilegiada de suas ações e não apenas artistas e segmentos organizados do campo da cultura; houve a possibilidade de, a partir de então, operar com um conceito de cultura que abrangeu as dimensões simbólica (linguagens artísticas) e cidadã (direito de acesso a bens e equipamentos de cultura), sem, contudo, negligenciar o aspecto econômico (desenvolvimento de economias da cultura).

---

<sup>1</sup> Mestre em Patrimônio Histórico e Bens Culturais (CPDOC/FGV-RJ), Coordenadora Técnica do Plano Estadual de Cultura, na Secretaria de Estado de Cultura do RJ. E-mail: xsimoneamorimx@yahoo.com.br



O então Ministro da Cultura, o administrador, cantor e compositor Gilberto Gil, destacou em seu discurso de posse, em 2003 que:

“O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. (...) é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. (...). Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta. (...) Daí que a política cultural deste Ministério, a política cultural do Governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso País. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência de um projeto consistente e criativo de radicalidade social. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos”<sup>2</sup>.

Inúmeros programas e políticas poderiam ser mencionados no sentido de corroborar que tal enfoque de fato configurou um ponto de inflexão na política de cultura desde então. Outros fatos, no entanto, igualmente lembrados de forma a contrapor esses argumentos e ratificar que muito ainda há por fazer, em pontos nevrálgicos como aquele que talvez seja o mais importante deles: a reforma da política de incentivo fiscal em que as empresas gerenciam o investimento de recursos públicos em cultura com uma lógica excludente e desigual, um orçamento da ordem de cerca de 1,3 bilhões de reais em 2011, R\$ 1,4 bilhões em 2010<sup>3</sup> que é público e que vem sendo

---

<sup>2</sup> Gilberto Gil, discurso de posse, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>, acessado em 06/04/12.

<sup>3</sup> Fonte: <http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php>, acessado em 19/04/12.

usado desde 1991 em favor dos poucos grupos artísticos que acessam essas empresas, em sua grande maioria da região Sudeste do país.

Tal direcionamento participativo e plural, conforme mencionou o ministro em seu discurso de posse, influenciou diretamente a metodologia com que os estados da federação passaram a formular seus planos, projetos e ações, a partir de então. Um dos mais importantes aspectos do período pode ser percebido como a preocupação em envolver a sociedade nesse debate:

“A interlocução com a sociedade concretizou-se através de uma assumida opção pela construção de políticas públicas. Elas emergem como marca significativa das gestões ministeriais de Gil e Juca<sup>4</sup>. Proliferam encontros; seminários; câmaras setoriais; consultas públicas; conferências, inclusive culminando com as conferências nacionais de cultura de 2005 e 2010. Através destes dispositivos, a sociedade pôde participar da discussão e influir na deliberação acerca dos projetos e programas e, por conseguinte, construir, em conjunto com o Estado, políticas públicas de cultura”<sup>5</sup>.

No que tange especificamente à formulação de políticas de Estado que extrapolassem o período dessa primeira gestão, destacam-se como prioridades daquele primeiro mandato, três principais projetos: implantar o Sistema Nacional de Cultura (SNC), aprovar no Congresso o Plano Nacional de Cultura (PNC) e um Projeto de Emenda Constitucional (PEC 150) que determina que anualmente 2% do orçamento federal, 1,5% dos estados e 1% dos municípios, advindos de receitas resultantes de impostos, sejam aplicados diretamente em Cultura. Dos três, apenas o PNC está em vigor, instituído pela Lei 12.343 de 02/12/2010, os outros dois encontram-se em fase final de tramitação, sendo que a PEC foi aprovada pelo Congresso Nacional e o SNC ainda tramita na Câmara dos Deputados.

O Sistema Nacional de Cultura é a instância institucional que centralizará – quando plenamente implementado em todos os estados da federação e aprovado nas

---

<sup>4</sup> O Administrador e Músico Gilberto Gil foi Ministro da Cultura de janeiro de 2003 a julho de 2008, o sociólogo Juca Ferreira entre o período de agosto de 2008, até o final do Governo Lula em dezembro de 2010.

<sup>5</sup> RUBIM, 2010, p.14.

instâncias do Congresso Nacional como Lei – no interior de seu mandato todos os mecanismos gestores da política nacional de cultura:

“A inspiração para o SNC veio dos resultados alcançados por outros sistemas de articulação de políticas públicas instituídos no Brasil, particularmente o Sistema Único de Saúde (SUS). A experiência do SUS mostrou que o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, a divisão de atribuições e responsabilidades entre os entes da Federação, a montagem de um esquema de repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social asseguram maior efetividade e continuidade das políticas públicas”<sup>6</sup>.

Essa já era uma aspiração do MinC em 2003, que em fins de 2010, avança em consolidação na esfera política, articulando estados e municípios e com o objetivo de envolver todo o país na adesão de sua estrutura até o ano de 2014<sup>7</sup>. A esse respeito, Secretário de Articulação Institucional do MinC, João Roberto Peixe, responsável pela articulação junto a estados e municípios para que a adesão ao Sistema se consolide, reforça que:

“Após os inúmeros avanços ocorridos nos últimos anos no campo da cultura e da gestão cultural em nosso país, os maiores desafios que hoje se apresentam são, de um lado, assegurar a continuidade das políticas públicas de cultura como políticas de Estado, com um nível cada vez mais elevado de participação e controle social. E, de outro, viabilizar estruturas organizacionais e recursos financeiros e humanos, em todos os níveis de governo, compatíveis com a importância da cultura para o desenvolvimento do país”<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup> SNC, MinC, SAI, 2011, p.40

<sup>7</sup> O Ministério destaca a consolidação do Sistema Nacional da Cultura como um programa prioritário para 2012, conjuntamente com “Mais Cultura/Mais Educação, PAC das Cidades Históricas, Rede de Cidadania Cultural e Plano Brasil Criativo”, e aponta como meta já para este ano a adesão de 1100 municípios e 20 estados, para 2014 1670 municípios (30% do total do país) e todos os estados da federação. Conforme destacado no documento “Diretrizes do MinC para 2012”. Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/03/APRESENTACAO\\_programas-prioritarios-2012-site.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/03/APRESENTACAO_programas-prioritarios-2012-site.pdf), acessado em 06/4/12.

<sup>8</sup> João Roberto Peixe, idem, p.14.

De fato, um movimento intenso de articulação para que o sistema se consolide vem sendo realizado junto a estados e municípios, inclusive com investimento de recursos humanos e financeiros por parte do Ministério da Cultura de forma a dotar essas instâncias da instrumentalização necessária à construção das políticas em âmbito municipal e estadual<sup>9</sup>.

Conforme informações do próprio Ministério, atualmente, 898 municípios e 18 estados já encaminharam suas adesões ao Sistema Nacional de Cultura<sup>10</sup>. O que significa se comprometer com a criação, em instância local, de: Órgãos Gestores da Cultura, Conselhos de Política Cultural, Conferências de Cultura, Planos de Cultura, Sistemas de Financiamento à Cultura, Sistemas Setoriais de Cultura (quando pertinente), Comissões Intergestores Tripartite e Bipartite, Sistemas de Informações e Indicadores Culturais (obrigatório apenas para os estados), Programa de Formação na Área da Cultura.

Ao ratificarem sua subscrição ao Sistema Nacional de Cultura, estados e municípios não necessariamente já devem contar com esses mecanismos regulamentados localmente, porém comprometem-se ao longo do prazo determinado pelo Ministério da Cultura em garantir pelo menos três desses consolidados: os Conselhos de Cultura, os Planos de Cultura e os Fundos de Cultura. De forma a institucionalizar, respectivamente, a pluralidade da participação sociedade civil e Estado nos processos decisórios, a negociação política de objetivos estratégicos para a cultura e de mecanismos de financiamento perenes, que extrapolem o período de um mandato eleitoral, na expectativa de que o histórico de discontinuidades não seja mais uma realidade do setor cultural. Política popularmente conhecida na atualidade como CPF (Conselho, Plano e Fundo).

Este texto pretende apontar alguns ‘efeitos políticos dessas políticas’, isto é, de que forma toda essa articulação no formato de discussão das prioridades, metas, objetivos, arcabouço institucional, marco legal etc. no campo da Cultura, lateralmente pode se configurar um ponto de inflexão social de modo a ampliar espaços de

---

<sup>9</sup> Em 02/03/2012, foi assinado convênio entre o MinC, estados e prefeituras para desenvolvimento do Programa de Fortalecimento Institucional pela Implementação do Sistema de Cultura, no âmbito do qual três ações serão implementadas: apoio a elaboração dos planos estaduais e municipais de cultura, apoio técnico das representações regionais do Ministério da Cultura para a constituição dos sistemas de cultura e o apoio à formação de gestores culturais do Nordeste. Fonte: Ministério da Cultura, disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/2012/03/02/sistemas-da-cultura/>, acessado em 6/4/12.

<sup>10</sup> Disponível em <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/04/Situa%C3%A7%C3%A3o-dos-Estados-com-Acordo16-04-2012.pdf>, acessado em 19/4/12.

participação democrática e reduzir assimetrias geradas por uma política de fomento que exclui amplos segmentos culturais, visto que opera subordinada às estratégias de mercado.

Pretende assinalar, de forma ainda bastante introdutória, como essa participação pode representar um movimento de ruptura relevante no teor dessas políticas, ora validadas por segmentos ativos da sociedade civil, envolvidos na cultura seja como gestores públicos e privados, artistas, teóricos pensadores etc. E ainda como, o fato de estar sendo construída capilarmente na sociedade poderá gerar um efeito mais orgânico de pertencimento e identidade com uma estratégia que, pretende contar com a cooperação de setores ampliados da sociedade civil para que o seu funcionamento se dê da forma como vem sendo negociada pelo Estado em suas diversas instâncias – algumas com maior, outras menor aprofundamento.

As políticas públicas de cultura podem de fato fomentar o desenvolvimento, quando articulam amplos setores da sociedade civil (na forma de uma democracia mais participativa) e consideram os ativos culturais como portadores de valor simbólico e econômico, capazes de contribuir com os demais ativos para o desenvolvimento local<sup>11</sup>. A esse respeito, o sociólogo Boaventura de Sousa Santos vai ainda mais longe ao destacar que:

“As formas de opressão e de exclusão contra as quais lutam<sup>12</sup> não podem, em geral, ser abolidas com a mera concessão de direitos, como é típico da cidadania; exigem uma reconversão global dos processos de socialização e de inculcação cultural e dos modelos de desenvolvimento, ou exigem transformações concretas imediatas e locais (...), exigências que, em ambos os casos, extravasam da mera concessão de direitos abstractos e universais”<sup>13</sup>.

Esse debate corrobora a ideia de que a “área cultural pode ter um peso muito importante no sentido de contribuir para a criação de um modelo de desenvolvimento

---

<sup>11</sup> A noção de Desenvolvimento Local adotada neste trabalho é aquela que ao se referir a este tipo de desenvolvimento considera os aspectos de “desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental preconizando, portanto, investimentos em capital financeiro, social e natural” (ZAPATA, 2007, p.63).

<sup>12</sup> O autor refere-se aos novos movimentos sociais (NMSs), articulados principalmente nas duas últimas décadas do século XX.

<sup>13</sup> SANTOS, 2010, p.261.

integral”<sup>14</sup>, defendida pelo economista argentino Bernardo Kliksberg e compartilhada por inúmeros pesquisadores brasileiros, uma vez constatado que a noção de desenvolvimento baseada apenas na busca de crescimento econômico sofreu um forte abalo com a emergência de um novo paradigma que contempla na atualidade as dimensões social, ambiental, institucional e cultural da vida humana<sup>15</sup>.

Se considerarmos que até há bem pouco tempo as políticas de cultura se restringiam a estratégias de preservação do patrimônio material, fortalecimento de uma suposta identidade nacional com destaque de um produto cultural brasileiro; a sofisticação dos debates ora negociados na arena política do campo da cultura representa, de certa forma, um resultado bastante positivo no que inicialmente destacamos como efeito político de determinadas políticas<sup>16</sup>.

É claro que vai longe ainda a realidade de uma condição ideal de participação, em que preservadas as diferenças de cada grupo, os interesses tenham pesos iguais, principalmente se considerarmos que as diferenças regionais são imensas e que as realidades locais são bastante díspares no que tange à aplicação desses tais mecanismos democráticos de formulação de políticas – os municípios, especialmente os mais pobres, enfrentam grande dificuldade na institucionalização dessa nova realidade. Porém, é inegável que instrumentos políticos como o Sistema Nacional de Cultura estão tentando consolidar uma estrutura iniciada em 2003 que pode representar um grande avanço no campo da cultura.

A construção do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, mecanismo de planejamento previsto mediante a subscrição fluminense ao Sistema Nacional de Cultura, cuja metodologia seguiu as mesmas articulações feitas em âmbito federal para a elaboração do PNC, encontra-se atualmente em pleno desenvolvimento no estado. Conforme informação oficial da Secretaria Estadual de Cultura do RJ (SEC):

“O Plano Estadual de Cultura tem como principal objetivo a definição de políticas públicas de longo prazo no estado do Rio de Janeiro. A construção do Plano está sendo coordenada pela Secretaria de Estado de Cultura (SEC), em parceria com a

---

<sup>14</sup> KLIKSBERG, 2010, p.328.

<sup>15</sup> COSTA, 2010, p.140.

<sup>16</sup> Hoje, a sociedade questiona escopo de editais, percentuais de incentivo fiscal, composição de Conselhos de cultura, nas instâncias federal, estadual ou municipal, quando até há pouco tempo tal repertório de discussão era impensado no diálogo com o Estado.

sociedade civil, o Conselho Estadual de Cultura (CEC), os órgãos de cultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro e o Ministério da Cultura. O Plano está sendo elaborado a partir do diálogo com os agentes culturais dos 92 municípios”<sup>17</sup>.

Uma minuta preliminar do Plano encontra-se no momento em fase de elaboração pela equipe técnica da SEC-RJ. Dois fatores contribuíram para que a redação do Plano Estadual não estivesse pronta no final de 2010, data pactuada pela SEC junto à ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro: o fato de a equipe de técnicos da SEC, responsável pela articulação do plano junto aos municípios ter sofrido alterações; e a eleição para renovação do poder executivo estadual, ocorrida em fins de 2010, que fez com que algumas políticas aguardassem a confirmação de quem assumiria a pasta da Cultura no estado. Com a reeleição do Governador Sérgio Cabral Filho (PMDB), a atual Secretária Estadual de Cultura, Adriana Rattes foi convidada a continuar por mais um período no cargo. Desta forma o Plano encontra-se em fase final de elaboração e validação junto a instâncias da sociedade civil e do poder público municipal em todas as regiões do estado. Ainda segundo o site da SEC:

“A mobilização e o levantamento de dados para a construção do Plano Estadual de Cultura teve início em agosto de 2009. Desde então foram realizados 92 encontros municipais, oito conferências regionais de cultura (abrangendo as oito regiões do estado) e uma conferência estadual. Todos esses encontros reuniram aproximadamente quatro mil pessoas”<sup>18</sup>.

Ao tentar refazer os caminhos da articulação empenhada pelo Estado na construção de suas políticas, pretende-se verificar que formas de participação da sociedade civil<sup>19</sup> na formulação estratégica das políticas vêm sendo efetivamente comprometidas com a promoção social e participação no desenvolvimento do estado.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/plano-estadual-de-cultura>, acessado em 12/09/2011.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Para entendimento de sociedade civil será adotada a definição de Gramsci: “esfera de mediação entre a infra-estrutura econômica e o Estado em sentido restrito (...). Conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa) etc.” (COUTINHO, 1999, p.121-127).



Atualmente, a equipe do Plano foi recomposta; técnicos e especialistas foram contratados com recursos do Programa de Fortalecimento Institucional pela Implementação do Sistema de Cultura, e um amplo planejamento de atividades para o ano de 2012 foi preparado e apresentado aos gestores públicos municipais com o objetivo de aproveitamento máximo de instâncias de participação social na validação do Plano Estadual de Cultura do Rio de Janeiro.

Basicamente, serão três as instâncias de participação na validação do Plano e da Lei do Sistema Estadual de Cultura propostos pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro: a) *Fóruns Territoriais* nas 10 regiões do estado<sup>20</sup>: esses encontros serão abertos ao público e têm como objetivo apresentar a minutas do Plano e da Lei do Sistema Estadual de Cultura e receber as primeiras contribuições públicas sobre os dois documentos mencionados; simultaneamente à realização dos fóruns será publicada uma b) *Consulta Pública Virtual*, a ser disponibilizada no portal da SEC-RJ, para que a população contribua com críticas, sugestões e considerações sobre o texto geral, esta perdurará por 3 meses, ao longo das articulações presenciais; e c) *Conferência Estadual de Cultura*, onde será apresentada a minuta consolidada dos processos anteriores. Eventuais novas contribuições serão registradas para uma última etapa de sistematização. Nessa ocasião será eleita uma comissão formada por representantes da sociedade civil e órgãos municipais de cultura para a consolidação das novas proposições e preparação do documento final a ser enviado à ALERJ.

Adicionalmente a esses momentos de participação presencial e virtual, o processo contará com um Grupo de Trabalho específico de validação de todos os processos planejados pela SEC e sistematização das contribuições de forma que o texto final do documento de fato reflita a multiplicidade dos atores envolvidos em sua construção.

O grupo de coordenação estadual, ou GCE é um canal de articulação, colaboração e participação representativo dos municípios e da sociedade civil no processo de elaboração do Plano Estadual de Cultura e da Lei Estadual de Cultura, formado por representantes eleitos nas Conferências Regionais do Plano Estadual de Cultura, em 2010, e por convidados que possam contribuir na construção do Sistema Estadual de Cultura. Tem caráter consultivo e se reunirá, regularmente ao longo de

---

<sup>20</sup> As regiões são: Costa Verde, Médio Paraíba, Baixadas Litorâneas, Centro-sul, Norte, Serrana, Noroeste e Metropolitana 1 (capital), 2 (Baixada Fluminense) e 3 (Niterói e adjacências). Abrangendo os 92 municípios do estado.

2012, até a realização da Conferência Estadual de Cultura, para avaliação das contribuições encaminhadas pela sociedade e planejamento das ações de participação social ao longo do ano.

Além desses, serão convidados representantes do Legislativo estadual durante todas as etapas (Comissão de Cultura e Educação da ALERJ), de forma que os documentos, ao chegarem à casa legislativa para votação de sua redação final, levem consigo o histórico de negociações e discussões das quais a sociedade participou previamente, ao longo do ano de 2012.

Destacados os aspectos principais do recente histórico da participação da sociedade civil na construção de políticas públicas de cultura, retorno ao ponto dos ‘efeitos políticos das políticas’, ratificando que o principal legado desse movimento deve ser o resgate da democracia como idéia, pois, conforme destacaram os cientistas políticos Thamy Pogrebinski e João Feres Jr.:

“(...) se a democracia é uma forma de vida comunal que oferece oportunidades intermináveis para o desenvolvimento da individualidade em sua plenitude, é preciso que os indivíduos possam participar da direção da sua vida e da vida da comunidade na qual estão inseridos. Os indivíduos membros das comunidades, portanto, devem participar da formação dos valores individuais e sociais que regulam sua vida comum. (...) A idéia de democracia se expressa na participação do indivíduo em todos os momentos e lugares da vida comunal, dos quais a esfera propriamente política representa a penas um. Ao lado de todas as suas funções enquanto membro da comunidade, os indivíduos possuem uma função especificamente política, a de participar de forma “direta” e “ativa”<sup>21</sup> na regulação dos termos da vida associativa e na busca do bem comum”<sup>22</sup>.

De forma que, não se credite todo o êxito do processo apenas no resultado programático das diretrizes e estratégias para a cultura nos próximos dez anos – esperamos, claro, que este reflita o mais aproximado possível de nossos desejos coletivos, corrija equívocos e ausências históricas enormes de nosso passado. Questões

---

<sup>21</sup> Grifos dos autores.

<sup>22</sup> FERES Jr, J. PROGREGINSCHI, T.2010.p.147.

como a utilização dos recursos oriundos das leis de incentivo devem ser exaustivamente discutidas em âmbito nacional, estadual e municipal, do contrário continuaremos com o péssimo exemplo da Lei Rouanet<sup>23</sup>, que tem sido desde o início do período analisado objeto de polarizadas discussões entre os agentes da cena cultural brasileira, públicos e privados e ainda não foi amplamente debatida e reformada, como é do interesse de boa parte dos agentes culturais:

“Conforme documento do Ministério [da Cultura], em 18 anos de vigência da Lei Rouanet, dos oito bilhões investidos, mais de sete bilhões foram recursos públicos. Ou seja, a Lei só mobilizou 5% de recursos das empresas e muitas delas eram públicas”<sup>24</sup>.

Que igualmente se analise o teor dessa participação, pois esse será um saldo importante do processo.

Hoje temos claramente a noção de que o binômio crítico de sucesso nas políticas que estamos construindo para os próximos dez anos reside: a) na força política dos mecanismos de institucionalização da participação ampliada da sociedade civil: fortalecimento de conselhos, de planos estratégicos decenais, empoderamento das Conferências Públicas de Cultura e aprofundamento do debate sobre o financiamento à cultura, e b) no resgate do caráter público das políticas públicas de cultura, de fortalecimento da esfera pública e de políticas que em última instância trabalham na garantia da nossa diversidade cultural e na redução das desigualdades de participação.

As diferenças existem, e são enormes, o que não deve haver é a hierarquização entre elas. E todos esses mecanismos nada mais são do que um possível esforço de começar a reescrever uma outra história do campo cultural no Brasil. Disso dependerá crítica constante de forma e conteúdo. Da democracia como o método de governar e igualmente como idéia de soberania popular – uma nova cidadania:

“Uma tal concepção da emancipação implica a criação de um *novo senso comum político*”<sup>25</sup>. A conversão da diferenciação do político no modo privilegiado de estruturação e diferenciação da

---

<sup>23</sup> A Lei ficou conhecida pelo nome do então Secretário de Cultura, o Diplomata Sérgio Paulo Rouanet, que ocupou o cargo pelo período de 1991 a 1992.

<sup>24</sup> MINISTÉRIO DA CULTURA, *apud*, RUBIM, 2010, p.12.

<sup>25</sup> Grifo do autor.

prática social tem como corolário a descentração relativa do Estado e do princípio do Estado. A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos. Com isso, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a idéia da igualdade sem mesmidade, a idéia de autonomia e a idéia de solidariedade.”<sup>26</sup>.

O principal desafio, na atualidade, ainda é a inserção efetiva da Cultura na agenda de desenvolvimento do Estado, nas três instâncias. No caso fluminense, por exemplo, mesmo que pesquisas destaquem o PIB da cultura na economia local como superior à média nacional, ainda hoje o estado do Rio de Janeiro investe apenas cerca de 0,01% de seu orçamento anual na pasta<sup>27</sup>. Enquanto esses valores não forem diferentes, a cultura continuará sendo vista como o primeiro setor que pode ter orçamento reduzido numa eventualidade contingencial.

Esse momento, portanto, pode ser uma boa oportunidade para que o início de uma nova realidade comece a ser desenhado, nos limites das articulações e negociações atualmente em pauta no estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>26</sup> SANTOS, B.2010.p.277.

<sup>27</sup> Em 2012, a previsão é que dos R\$ 64 bilhões do orçamento do estado do RJ, apenas R\$ 67 milhões sejam destinados à Cultura, conforme Lei de Orçamento Anual 2012, disponível em: [http://download.rj.gov.br/documentos/10112/178331/DLFE-45585.pdf/LOA\\_2012.pdf](http://download.rj.gov.br/documentos/10112/178331/DLFE-45585.pdf/LOA_2012.pdf), acessado em 19/4/12.

## BIBLIOGRAFIA

COSTA, F. *Cultura e desenvolvimento: referências para o planejamento urbano e regional de bacias culturais*. In: CALABRE, L. (org.). *Políticas Culturais: Diálogos e tendências*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2010.

COUTINHO, C.N. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

FERES Jr, J. POGREBINSCHI, T. *Teoria política Contemporânea: uma introdução*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KLIKSBERG, B. “*Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento?*” In: KLIKSBERG, B., SEN, A. *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

RUBIM, A. *Políticas culturais no governo Lula* (org.). Salvador: EDUFBA, 2010.

SOUSA SANTOS, B de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13ª.Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

ZAPATA, Tânia. Org. *Desenvolvimento local e participação social*. Recife: IADH, 2007.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

DIRETRIZES DO MINC PARA 2012, Ministério da Cultura. Brasília, 2012.

Disponível em: [http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/03/APRESENTACAO\\_programas-prioritarios-2012-site.pdf](http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/03/APRESENTACAO_programas-prioritarios-2012-site.pdf) , acessado em 06/04/12.

GIL, Gilberto. Discurso de posse. Ministério da Cultura. 2003. Folha Online, publicado em 02/01/2003, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml> , acessado em 06/04/2012.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA, Ministério da Cultura, Secretaria de Articulação Institucional. Brasília, 2011. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2012/02/livro11-602-para-aprovacao.pdf> , acessado em 06/04/12.